

Prospecto de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do

FAMA PRIVATE EQUITY I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 09.390.577/0001-21

Código ISIN das Quotas: BRFPEQCTF003

Administração e Distribuição



CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, Torre IV, 7º andar, São Paulo - SP

Distribuição pública de 400.000 (quatrocentas mil) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da primeira emissão ("Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente) do Fama Private Equity I – Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), com preço inicial e unitário de emissão de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de:

R\$ 400.000.000,00
(quatrocentos milhões de reais)

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03"), tem por objetivo preponderante obter rendimentos de longo prazo a seus quotistas, mediante a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que atendam aos requisitos descritos no regulamento do Fundo ("Regulamento").

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), a ser conduzida pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.809.182/0001-30, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administrador").

A constituição do Fundo e o inteiro teor do seu Regulamento, bem como a realização da Primeira Emissão, foram aprovados por ato único do Administrador, datado de 25 de fevereiro de 2008, sendo o Regulamento registrado no 4º Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 27 de fevereiro de 2008, sob n.º 5038846. **A Oferta foi registrada na CVM em [•], sob n.º [•], nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.**

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção III deste Prospecto, nas páginas [•] a [•].

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

"A autorização para funcionamento do Fundo e/ou distribuição das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

A data deste Prospecto é 07 de março de 2008

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	04
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	13
Características da Oferta	14
Negociação das Quotas	17
Custos da Oferta	17
Outras Informações	18
Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes.....	19
Declaração do Administrador	20
3. FATORES DE RISCO	21
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	22
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	22
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	22
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas	22
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos.....	23
Não Existência de Garantia de Rentabilidade	23
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	23
Outros Riscos.....	23
4. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO	24
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	25
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	25
Objetivo e Política de Investimento.....	25
Período de Investimentos para a Formação da Carteira.....	28
Período de Liquidação dos Investimentos	29
Procedimentos de Liquidação dos Investimentos em Valores Mobiliários e do Fundo	29
Características, Direitos e Amortização das Quotas	30
Política de Distribuição de Resultados	34
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido.....	34
Assembléia Geral	35
Administração e Estrutura de Governança Corporativa	35
Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses	40
Remuneração do Administrador e do Gestor e Demais Despesas do Fundo	41
Política de Divulgação de Informações	43
Regras de Tributação	44
Atendimento aos Quotistas	46
5. ANEXOS	48
Anexo I – Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo e Aprovação da Primeira Emissão.....	A1

Anexo II – Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto	A2
Anexo III – Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03	A3

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.809.182/0001-30
Agente de Avaliação	Empresa especializada na avaliação de empresas escolhida pelo Comitê de Investimento ou pelo Gestor, conforme a Cláusula 7.4. do Regulamento, dentre uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes no mercado, a qual será responsável pela elaboração do Estudo de Avaliação
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser publicado no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser publicado no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo
Auditores Independentes	PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, n.º 1.400, 9º, 10º, 13º ao 17º andares, Torre Torino, Água Branca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.562.112/0001-20
Assembléia Geral	Assembléia Geral de Quotistas do Fundo
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP
Capital Comprometido	Valor correspondente à quantidade de Quotas que todos os subscritores de Quotas se comprometam a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, por meio de assinatura de cada Compromisso de Investimento, multiplicado pelo Preço de Emissão
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, composta por Valores

	Mobiliários e Outros Ativos
CETIP	CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação
Chamada de Capital	Cada chamada de capital aos Quotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização, parcial ou total, das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, na medida em que o Fundo (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários; ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos
Co-Investimentos	Investimentos em uma ou mais Companhias Investidas que sejam realizados pelo Fundo em conjunto com (i) Quotistas e/ou respectivas Partes Relacionadas; ou (ii) o Administrador e/ou respectivas Partes Relacionadas; ou (iii) o Gestor e/ou respectivas Partes Relacionadas; ou (iv) quaisquer terceiros interessados, nos termos da Seção XXI do Regulamento
Comitê de Investimento	Comitê de investimento do Fundo, que terá por função principal auxiliar e orientar o Administrador na gestão da Carteira, conforme descrito no Regulamento
Companhias Alvo	Companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo
Companhias Investidas	Companhias Alvo que efetivamente recebam aporte de recursos pelo Fundo
Compromisso de Investimento	“Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas”, que será assinado por cada Quotista na data de subscrição de suas Quotas
Conflito de Interesses	Qualquer situação em que uma Parte Interessada e/ou uma Parte Relacionada possua interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução de determinada questão ou negócio relacionado com o Fundo e/ou com Companhia Alvo e/ou Companhia Investida, efetivo ou potencial, pelo Fundo

Conselho Consultivo	Conselho Consultivo do Fundo, que terá como funções analisar e opinar acerca de eventuais Conflitos de Interesses, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, quando solicitado pela Assembléia Geral, pelo Administrador ou pelo Gestor, auxiliar o Gestor nas atividades relacionadas à gestão da Carteira e aconselhar o Fundo com relação às Companhias Investidas
Contrato de Gestão	O contrato de administração de carteira de títulos e valores mobiliários a ser celebrado entre o Administrador e o Gestor
CPMF	Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira
Custodiante	Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão	Último dia útil do período de distribuição das Quotas, que poderá ter prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos da regulamentação aplicável
Empréstimos	Empréstimos a serem eventualmente contratados pelo Fundo, mediante decisão exclusiva do Comitê de Investimento, para completar a sua estratégia de investimento, desde que tais empréstimos sejam concedidos por organismos multilaterais, agências de fomento e/ou bancos de desenvolvimento, que possuam recursos provenientes de contribuições e quotas integralizadas majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, e cujo controle seja governamental ou multi-governamental, e desde que não representem valor superior a 30% (trinta por cento) do valor total dos ativos da Carteira
Estudo de Avaliação	Relatório de avaliação econômico-financeira elaborado pelo Agente de Avaliação em conformidade com métodos de avaliação adequados e apropriados sugeridos pelo próprio Agente de Avaliação e previamente aprovados pelo Administrador e pelo

	Gestor, nos termos da Cláusula 7.4. do Regulamento, para a reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez
FIQs	Mellon FAMA Private Equity I – Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado, administrado pela Mellon e gerido pela Fama, e CSHG FAMA Private Equity I – Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado, administrado pela Griffio e gerido pela Fama, quando referidos em conjunto
Fundo	Fama Private Equity I – Fundo de Investimento em Participações
Gestor	FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Samuel Morse, n.º 74, conjunto 172, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.224.821/0001-86
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IOF/Câmbio	Imposto Sobre Operações Financeiras de Câmbio
IOF/Títulos	Imposto Sobre Operações Financeiras Relativas a Títulos e Valores Mobiliários
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE
Justa Causa	Será considerada justa causa a comprovação de que o Administrador e/ou o Gestor (i) atuou com dolo, fraude ou violação no desempenho de suas funções e responsabilidades como Administrador e/ou Gestor, conforme o caso, ou em

	<p>qualquer outra forma de relacionamento com o Fundo; (ii) descumpriu obrigações legais ou contratuais que deveria observar como Administrador ou Gestor, conforme o caso; (iii) foi condenado em última instância por crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, ou ainda; (iv) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários em qualquer mercado do mundo. A ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Administrador e/ou do Gestor também será considerada justa causa</p>
Mellon	<p>Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, sociedade devidamente autorizada pela CVM para administrar fundos de investimento</p>
Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável	<p>Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável, mantido e operacionalizado pela BOVESPA</p>
Oferta	<p>Distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão</p>
Outros Ativos	<p>Quotas de emissão de fundos de investimento em quotas de fundo de investimento e/ou quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI e/ou multimercado, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos federais, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e certificados de depósito bancário</p>
Partes Interessadas	<p>Serão consideradas partes interessadas: (i) Quotistas; (ii) Administrador; (iii) Gestor; e (iv) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador ou pelo Gestor</p>
Partes Relacionadas	<p>Serão consideradas Partes Relacionadas (i) funcionário, diretor, sócio ou representante legal de qualquer Parte Interessada; (ii) cônjuges e/ou parentes até o 2º grau de parentesco de qualquer Parte Interessada; (iii) sociedade controladora, coligada, subsidiárias ou que exerça controle comum em relação a qualquer Parte Interessada; e (iv) conforme o caso, fundos de investimento e/ou carteiras de títulos e valores mobiliários</p>

	administrados pelo Administrador e/ou pelo Gestor
Patrimônio Inicial	O patrimônio inicial do Fundo, após a Primeira Emissão, formado por 400.000 (quatrocentas mil) Quotas
Patrimônio Líquido	A soma algébrica do disponível do Fundo com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, durante o qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados em conjunto com o Comitê de Investimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível
Período de Investimento	Período inicial de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, que se iniciará no primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Encerramento e se estenderá por até 3 (três) anos ou até a data em que o Comitê de Investimento entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo
Preço de Emissão	Preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão, correspondente a R\$1.000,00 (hum mil reais)
Preço de Integralização	O valor de integralização de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial, correspondente ao valor da Quota na data da integralização, calculado nos termos do Regulamento
Primeira Emissão	Primeira emissão de Quotas do Fundo, formada por 400.000 (quatrocentas mil) quotas
Prospecto	Este prospecto do Fundo
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, representativas do patrimônio do Fundo
Quotistas	Investidores que venham a adquirir Quotas

Quotista Inadimplente	Quotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
Remuneração do Administrador	Remuneração devida ao Administrador em contraprestação ao serviço de administração do Fundo, conforme estabelecido no Contrato de Gestão
Remuneração do Gestor	Remuneração devida ao Gestor em contraprestação ao serviço de gestão da Carteira, conforme estabelecido no Contrato de Gestão
Resolução CMN n.º 2689/00	Resolução CMN n.º 2689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada
SFF	Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP
Taxa de Administração	Taxa devida pela administração do Fundo e gestão da Carteira, equivalente ao percentual de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, calculado da seguinte forma: (i) durante o Período de Investimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido corrigido pelo IPCA, todo último dia útil de cada ano; e (ii) durante o Período de Desinvestimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido efetivamente integralizado, corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor
Termo de Adesão	Termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, a ser assinado pelos subscritores de Quotas no ato da subscrição, por meio do qual declarará estar ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que poderão ser adquiridos pelo Fundo

--

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado.

A Oferta será conduzida pela Griffó, na qualidade de instituição administradora do Fundo, sob o regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta. A Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Quotas, inexistindo reservas antecipadas e lotes máximos de Quotas a ser colocada no âmbito da Oferta.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

A Oferta será destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº. 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, sendo que:

- (i) dentre investidores residentes no Brasil, somente os FIQs poderão adquirir as Quotas. Pessoas físicas e/ou jurídicas e/ou investidores institucionais, residentes no Brasil, somente poderão realizar investimentos no Fundo por meio da aquisição de quotas de emissão dos FIQs, as quais serão objeto de distribuição pública nos termos da regulamentação aplicável; e
- (ii) dentre investidores não residentes no Brasil, quaisquer investidores qualificados poderão adquirir as Quotas, por meio dos mecanismos de investimento regulados pela Resolução CMN n.º 2689/00.

2.1.3. Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

2.1.4. Registro da Oferta

A Oferta foi registrada na CVM em [•] de [•] de [•], sob n.º [•], nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.5. Quantidade de Quotas

A Oferta é composta por 400.000 (quatrocentas mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido.

2.1.6. Preço de Emissão e Valor Total da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão é de R\$1.000,00 (mil reais) por Quota, totalizando a Oferta o montante de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

2.1.7. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as suas Quotas subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) anos contados da data de registro da Oferta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, observado o disposto no Regulamento.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas pelo Preço de Integralização. O Preço de Integralização será pago pelos Quotistas conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com as orientações do Comitê de Investimento. Na medida em que o Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários; ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador realizará Chamadas de Capital. Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimento e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto no Regulamento e nos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações, nos

termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

2.1.8. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do Anúncio de Início.
Prazo de Colocação	As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção junto ao Administrador, a qualquer momento a partir da publicação do Anúncio de Início e até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04, observado que: (i) dentre investidores residentes no Brasil, as Quotas serão colocadas exclusivamente junto aos FIQs; e (ii) dentre investidores não residentes no Brasil, as Quotas serão colocadas junto a quaisquer investidores qualificados, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2689/00.
Subscrição e Integralização de Quotas	<p>No ato de subscrição das Quotas representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as suas Quotas subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.</p> <p>A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) anos contados da data de registro da Oferta na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, observado o disposto no Regulamento.</p>
Suspensão ou	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual

Cancelamento da Oferta	suspensão ou cancelamento da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.
Modificação ou Revogação da Oferta	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do Anúncio de Início. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Administrador, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias, observado que, na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação mencionada acima, o interesse em manter a declaração de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, que ocorrerá após a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e/ou a subscrição da totalidade das Quotas, o que ocorrer primeiro, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas serão registradas para negociação no SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá, mediante autorização do Comitê de Investimento, registrar as Quotas para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com os requisitos descritos no Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

2.3. Custos da Oferta

A tabela abaixo apresenta uma indicação dos custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta*
Despesas de Registro	82.870,00	0,021%
Publicações**	15.000,00	0,004%
Consultores Legais	100.000,00	0,025%
Total	197.870,00	0,049%

* Valores aproximados, limitados a 3 (três) casas decimais após a vírgula;

** Valor estimado

Custo Unitário de Distribuição	
Preço por Quota (R\$)*	Custo por Quota (R\$)
1.000,00	0,495
* com base no preço de emissão na data de emissão	
Montante Total da Oferta (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)
400.000.000,00	197.870,00

Os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das suas atividades, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a Oferta.

2.4. Outras Informações

2.4.1. Informações

Para esclarecimentos adicionais a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, 7º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Eduardo Pavia

Tel.: (11) 3704-8600

Fax.: (11) 3704-8525

Correio Eletrônico: juridico@griffo.com.br

Website: www.griffo.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo – SP

Website: www.cetip.com.br

2.4.2. Administrador, Gestor e Custodiante

Administrador

O Fundo é administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.809.182/0001-30.

Gestor

O Administrador contratou a FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Samuel Morse, n.º 74, conjunto 172, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.224.821/0001-86, para realizar a gestão da Carteira.

Custodiante

Para a prestação dos serviços de controladoria, custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira e de escrituração das Quotas, o Fundo contratou o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

O Custodiante presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 (trinta) anos e controla atualmente mais de R\$ 1,35 trilhões (um trilhão, trezentos e cinquenta bilhões de reais) em ativos. É um dos maiores custodiantes do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados referentes a fevereiro de 2007).

O Custodiante obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) recibos de depósitos americanos (*ADRs*); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes

2.5.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Procknor e Dr. André Costa De Vita
Tel.: (11) 3147-7822
Fax: (11) 3147-7770
Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br/acdevita@mattosfilho.com.br

2.5.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes
Avenida Francisco Matarazzo, n.º 1.400, 9º, 10º, 13º ao 17º andares, Torre Torino
São Paulo – SP

At.: Sr. João Manoel dos Santos
Tel.: (11) 3674-3787
Fax: (11) 3674-2060
Correio Eletrônico: joao.santos@br.pwc.com
Website: www.pwc.com.br

2.6. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição administradora do Fundo, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada por diretores estatutários do Administrador.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo do Fundo, política de investimento e composição da Carteira e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a seu exclusivo critério, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições previstos nos Compromissos de Investimento e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para a negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.2. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos integrantes da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

3.3. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou de o preço de negociação obtido ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.4. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários, e, portanto, dependerão do retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados.

3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de poucas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas e/ou poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Seção VI do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira. O disposto neste parágrafo implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e em risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

3.6. Não Existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas.

3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.8. Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. FAMA PRIVATE EQUITY I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

FAMA PRIVATE EQUITY I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo das disposições constantes do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Fama Private Equity I – Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 7 (sete) anos contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, podendo ser prorrogado por um período adicional de 2 (dois) anos, mediante proposta do Comitê de Investimento e deliberação da Assembléia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

A Oferta é destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº. 409/04, sendo que:

- (i) dentre investidores residentes no Brasil, somente os FIQs poderão adquirir as Quotas. Pessoas físicas e/ou jurídicas e/ou investidores institucionais, residentes no Brasil, somente poderão realizar investimentos no Fundo por meio da aquisição de quotas de emissão dos FIQs, as quais serão objeto de distribuição pública nos termos da regulamentação aplicável; e
- (ii) dentre investidores não residentes no Brasil, quaisquer investidores qualificados poderão adquirir as Quotas, por meio dos mecanismos de investimento regulados pela Resolução CMN n.º 2689/00.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Objetivo e Política de Investimento

O objetivo do Fundo é obter rendimentos para os Quotistas, por meio de investimentos em Valores Mobiliários.

Na avaliação de potenciais investimentos em Valores Mobiliários, o Fundo levará em consideração, inclusive, mas não se limitando, aquelas companhias com alto potencial de crescimento, vantagens competitivas e sustentáveis, administração profissional, comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa e responsabilidade sócio-ambiental, incluindo, mas não se limitando, companhias que se encontrem em "situações especiais", tais como reestruturações, sucessões, processos de abertura de capital e aquisição de controle pela respectiva administração, entre outras.

O Fundo somente poderá realizar investimentos em companhias cujas operações não se encontrem, a critério do Gestor, em estágio pré-operacional e/ou inicial de atividades, e que observem as seguintes regras e mantenham as seguintes práticas:

- (i) o estatuto social da companhia deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimentos pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da companhia em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da companhia deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a companhia deverá manter sempre disponíveis informações sobre contratos com Partes Interessadas e/ou Partes Relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de compra de ações e outros Valores Mobiliários de sua emissão, se houver;
- (iv) a companhia deverá aderir à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante registro de companhia aberta na CVM, a companhia deverá ter obrigação no sentido de aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima;
- (vi) as demonstrações financeiras da companhia deverão ser auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM; e
- (vii) a companhia não poderá desenvolver atividades de industrialização e/ou comercialização (a) de armas de qualquer porte e para qualquer finalidade; (b) de tabaco e seus derivados; (c) que impliquem em impacto sócio-ambiental negativo; e/ou (d) que utilizem trabalho infantil.

Sem prejuízo do disposto acima, o investimento do Fundo em Valores Mobiliários deverá propiciar a participação do Fundo na administração das Companhias Investidas, com efetiva influência do Fundo na definição de suas políticas estratégicas e na sua gestão. A participação do Fundo no processo decisório de cada Companhia Investida poderá ocorrer por uma das seguintes formas: (i) detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida; (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento; ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de cada Companhia Investida.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados, como regra geral e exceto se de outra forma previsto no Regulamento, durante o Período de Investimento, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos serão realizados

durante o funcionamento do Fundo por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

A Carteira será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas, sendo que, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do Patrimônio Líquido deverá ser alocado em ações de emissão de companhias registradas ou não como companhia aberta; e
- (ii) Outros Ativos.

Não obstante os cuidados a serem empregados pelo do Fundo, pelo Gestor e pelo Comitê de Investimento na implantação da política de investimento descrita no Regulamento, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a variações de mercado, a riscos inerentes aos emitentes dos Valores Mobiliários e a riscos de crédito, não podendo o Administrador, o Gestor e o Comitê de Investimento, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira ou por eventuais prejuízos impostos aos Quotistas, salvo nos casos previstos no Regulamento.

O Fundo não poderá alocar recursos cujo montante corresponda a percentual superior a 30% (trinta por cento) do Capital Comprometido, atualizado pelo IPCA, em uma única Companhia Investida. Esse limite de concentração aplica-se às Companhias Investidas e respectivas Partes Relacionadas.

Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo em realizar investimentos em Valores Mobiliários, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, (a) deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital; ou (b) poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do, no melhor interesse do Fundo e de seus Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização de Quotas, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas; e

- (iv) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 33% (trinta e três por cento) do patrimônio do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso investimentos do Fundo em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Administrador deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima; ou (ii) a restituição aos Quotistas dos valores já aportados no Fundo e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Administrador e não concretizados por qualquer razão.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização e/ou resgate aos Quotistas e/ou da Taxa de Administração e/ou, ainda, para pagamento de encargos do Fundo.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

O Fundo poderá contrair Empréstimos, mediante decisão exclusiva do Comitê de Investimento. Sem prejuízo da autorização acima, os Empréstimos não poderão representar valor superior a 30% (trinta por cento) do valor total dos ativos da Carteira.

O Administrador e/ou o Gestor, a seu exclusivo critério, poderão realizar investimentos em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas juntamente com o Fundo, bem como oferecer (i) aos Quotistas e/ou respectivas Partes Relacionadas; (ii) às suas Partes Relacionadas; e/ou, ainda, (iii) a quaisquer terceiros interessados, a oportunidade de realizar investimentos juntamente com o Fundo Investido em uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas. O Administrador e/ou o Gestor terão o direito de cobrar de cada co-investidor uma comissão de transação sobre o valor do Co-Investimento realizado pelo co-investidor nos termos deste item, exceto se o co-investidor for Quotista já ingresso no Fundo.

Os procedimentos e prazos para aceitação e demais condições das ofertas de Co-Investimento a serem realizadas serão estabelecidas detalhadamente pelo Gestor, a seu exclusivo critério, quando da apresentação de cada investimento nas Companhias Investidas ao Comitê de Investimento.

Eventuais Co-Investimentos realizados por qualquer Quotista não serão considerados como integralização de Quotas subscritas pelo referido Quotista no Fundo e não afetarão, de nenhuma maneira, a obrigação de integralizar Quotas subscritas pelo referido Quotista.

4.4. Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimento, que se iniciará no primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Encerramento e se estenderá por até 3 (três) anos ou até a data em que o Comitê de Investimento entender não ser mais necessária a realização de qualquer investimento pelo Fundo. A liquidação dos ativos integrantes da Carteira será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Comitê de Investimento entenda ser no melhor interesse do Fundo, o Fundo poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento, mediante notificação por escrito do fato aos Quotistas, a qual conterá as justificativas para as ações tomadas pelo Gestor e pelo Comitê de Investimento no exercício de suas atribuições para com o Fundo.

Os recursos eventualmente obtidos mediante a venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento poderão ser distribuídos aos Quotistas, por meio da amortização de Quotas, e/ou reinvestidos na aquisição de Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, nos termos do Regulamento, de acordo com orientação do Comitê de Investimento.

Observadas as disposições do Regulamento, o Comitê de Investimento poderá, a seu único e exclusivo critério, antecipar o término do Período de Investimento, ao passo que a prorrogação do término do Período de Investimento dependerá de proposta apresentada pelo Comitê de Investimento e que tenha sido aprovada pela Assembléia Geral.

Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas.

Investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante decisão do Comitê de Investimento, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas antes do término do Período de Investimento e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de novos investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

4.5. Período de Liquidação dos Investimentos

A partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento, o Gestor não realizará novos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, ressalvado o disposto na Cláusula 8.1.4. do Regulamento, e envidará seus melhores esforços no processo de desinvestimento total do Fundo, de acordo com estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Comitê de Investimento e que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições do Regulamento.

Durante o Período de Desinvestimento não será aplicado o disposto no Regulamento no que diz respeito ao limite de concentração de investimentos por Companhia Investida.

4.6. Procedimentos de Liquidação dos Investimentos em Valores Mobiliários e do Fundo

A liquidação programada dos investimentos do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Comitê de Investimento, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na opinião do Comitê de Investimento, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou, ainda, por meio de transações privadas; ou
- (ii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega aos Quotistas dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no Regulamento.

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância às normas operacionais estabelecidas pela CVM que são aplicáveis ao Fundo.

Após o pagamento do resgate total das Quotas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado, antes de seu prazo de duração, na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula 5.6. do Regulamento.

4.7. Características, Direitos e Amortização das Quotas

4.7.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e são de uma única classe. Todas as Quotas terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento.

4.7.2. Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado mensalmente e tal valor corresponderá à divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

4.7.3. Direito de Voto das Quotas

Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais, correspondendo cada Quota a um voto.

4.7.4. Emissão e Subscrição de Quotas

Cada emissão de Quotas será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional, de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas.

No ato de subscrição das Quotas representativas do Patrimônio Inicial o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as suas Quotas subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

4.7.5. Integralização das Quotas

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas pelo Preço de Integralização. O Preço de Integralização será pago pelos Quotistas conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, de acordo com os procedimentos descritos abaixo, observado, ainda, o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas

Na medida em que o Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários; ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador realizará Chamadas de Capital. Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimento e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto nos parágrafos anteriores será repetido para cada Chamada de Capital, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nos parágrafos acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por

quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos dos parágrafos acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.7.4. Inadimplência dos Quotistas

O Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do Regulamento, e terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas em negociações realizadas no mercado secundário) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas em negociações realizadas no mercado secundário, conforme previsto no Regulamento.

Se o Fundo realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas em período em que um Quotista seja considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

4.7.5. Procedimentos referentes à Amortização e ao Resgate de Quotas

As Quotas serão amortizadas de acordo com planos de desinvestimento e cronogramas de amortização elaborados pelo Comitê de Investimento para cada Companhia Investida. Os cronogramas de amortização de Quotas serão disponibilizados pelo Administrador aos Quotistas com antecedência prévia de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis. Inicialmente, o Fundo não pretende realizar amortizações de Quotas antes do término do Período de Investimento, mas amortizações antecipadas poderão ocorrer se o Comitê de Investimento entender tal decisão ser no melhor interesse dos Quotistas, observado o disposto no Regulamento.

Para fins de amortização de Quotas, será considerado o valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização corresponderá ao valor do patrimônio do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data útil imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de amortização total das Quotas ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado o Administrador a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do artigo 1.323 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, conforme alterada, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador e/ou do Gestor perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista (que não seja um Quotista Inadimplente) que detenha a maior quantidade de Quotas em circulação.

Salvo no caso do resgate compulsório previsto no Regulamento, as Quotas somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.7.6. Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas serão registradas para negociação no SFF. Sem prejuízo, o Administrador poderá, mediante autorização do Comitê de Investimento, registrar as Quotas para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos do Regulamento, e sem autorização expressa do Administrador, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com todos os requisitos descritos no Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do Patrimônio Líquido, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas, quando os procedimentos descritos nos Compromissos de Investimento deverão ser observados.

4.8. Política de Distribuição de Resultados

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo será feita exclusivamente mediante a amortização parcial ou total de Quotas, observado o disposto abaixo e no Regulamento.

O Administrador promoverá amortizações parciais ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, de acordo com orientação nesse sentido do Comitê de Investimento, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 13.6.1 do Regulamento.

4.9. Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O valor do Patrimônio Líquido será calculado mensalmente considerando os critérios estabelecidos no “Manual de Marcação a Mercado” do Administrador, conforme o caso, bem como os critérios estabelecidos abaixo.

No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão, inicialmente, avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários e Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas pro rata temporis, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados pelo seu custo de aquisição; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez no mercado serão objeto de reavaliação nas seguintes situações:

- (i) sempre que o Comitê de Investimento entender necessário, mas respeitando um intervalo não inferior a 12 (doze) meses; e
- (ii) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de liquidação do Fundo.

Em qualquer das situações previstas acima, a reavaliação dos Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez será de responsabilidade do Gestor, considerando o Estudo de Avaliação. O Estudo de Avaliação deverá ser preparado pelo Agente de Avaliação.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

4.10. Assembléia Geral

As matérias de competência da Assembléia Geral, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Seção V do Regulamento.

4.11. Administração e Estrutura de Governança Corporativa

O Fundo será administrado pelo Administrador, ao passo que a Carteira será gerida pelo Gestor, e terá 1 (um) Comitê de Investimento, que terá por função principal auxiliar e orientar o Gestor na gestão da Carteira, conforme descrito no Regulamento, e 1 (um) Conselho Consultivo, que terá por função principal analisar e opinar acerca de

eventuais Conflitos de Interesses, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, quando solicitado pela Assembléia Geral, pelo Administrador ou pelo Gestor, e aconselhar o Fundo com relação às Companhias Investidas. As funções e responsabilidades do Administrador, do Gestor, do Comitê de Investimento e do Conselho Consultivo e as suas respectivas regras de operação e atuação, conforme o caso, seguem descritas abaixo.

4.11.1. Administrador e Gestor

O Fundo é administrado pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.809.182/0001-30.

O diretor do Administrador responsável perante a CVM pela administração do Fundo, na forma da regulamentação em vigor, é o Sr. André Luiz de Santos Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 14.947.773-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 076.362.748-84, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, Torre IV, 7º andar.

A Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. ("Hedging-Griffo") foi constituída em 1981, com a fusão de duas corretoras do mercado paulista: a Hedging e a Griffo. A trajetória da instituição acompanhou o crescimento e a especialização do mercado financeiro nacional, que se desenvolveu bastante a partir dessa época. A instituição participou das negociações dos primeiros contratos a termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo e também da Bolsa Mercantil e de Futuros - que posteriormente se juntaram, dando origem à atual Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F S.A.

Em 1992, a Hedging-Griffo foi a primeira corretora a administrar fundos de investimento. Era o início da Hedging-Griffo Asset Management. Atualmente, a Hedging-Griffo administra mais de R\$ 30 bilhões em recursos de terceiros, distribuídos entre fundos de renda fixa e variável e carteiras administradas nacionais e internacionais. Em novembro de 2007, a Hedging-Griffo e o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") celebraram um acordo por meio do qual o Credit Suisse adquiriu participação majoritária (50% mais uma ação) no capital social da Hedging-Griffo. Com essa operação, a Hedging-Griffo passou a ser denominada Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., permanecendo sob a gestão dos sócios da Hedging-Griffo. A instituição é registrada na CVM como administradora de carteira nos termos da regulamentação em vigor, desde 13 de agosto de 1997.

O Administrador contratou a FAMA Private Equity Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Samuel Morse, n.º 74, conjunto 172, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.224.821/0001-86 para ser o responsável pela gestão da Carteira.

Autorizado a administrar carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM n.º 9.710, de 1º de fevereiro de 2008, o Gestor é uma sociedade independente de administração de recursos de terceiros, focada em

gestão de ativos de renda variável. O Gestor não possui carteira própria, evitando a ocorrência de conflitos de interesses.

O Gestor é subsidiária da FAMA Investimentos Ltda. ("Fama Investimentos"), fundada em 1993. Desde sua fundação, a FAMA Investimentos sempre buscou identificar, a partir de critérios exclusivamente fundamentalistas, companhias com potencial de valorização de longo prazo para compor alternativas únicas de investimento, razão pela qual o Gestor atribui grande valor à área de análise. Adicionalmente, a FAMA Investimentos sempre comprou negócios (e não simplesmente papéis) com a postura de acionistas investidores, participando, sempre que possível, das assembleias e dos conselhos fiscais das companhias investidas. Assim, muitas das companhias investidas pelos fundos geridos pela FAMA Investimentos permanecem em carteira por vários anos, o que lhe possibilita estreitar o relacionamento com tais companhias e obter importante conhecimento de seus mercados de atuação.

Em todo seu tempo de existência, a FAMA Investimentos sempre buscou proporcionar aos seus clientes retorno absoluto, com consistência e risco controlado, no médio e longo prazo, independente dos movimentos do mercado acionário. A criação de produtos diferenciados e a obtenção de resultados expressivos levaram ao reconhecimento da FAMA Investimentos como uma das melhores sociedades de gestão de recursos do Brasil.

Substituição do Administrador e do Gestor

O Administrador e o Gestor poderão renunciar à administração do Fundo e gestão da Carteira, conforme o caso, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor, nos termos do Regulamento. Independentemente do disposto acima, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e/ou gestão da Carteira, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo o Administrador e/ou o Gestor receber respectivamente a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor correspondente ao período em que permanecerem no cargo, conforme o caso, calculadas e pagas nos termos do Regulamento.

Além da hipótese de renúncia descrita acima, o Administrador e/ou o Gestor poderão ser destituídos de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação previsto no Regulamento, e desde que configurada Justa Causa.

4.11.2. Comitê de Investimento

O Comitê de Investimento será formado por até 5 (cinco) membros, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de reputação ilibada, podendo ser eleitos, inclusive, Partes Relacionadas do Administrador, do Gestor e/ou dos Quotistas.

Os membros do Comitê de Investimento exercerão seus mandatos pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ou ser substituídos antes do término de tal prazo, observado que os membros do Comitê de Investimento somente poderão ser substituídos de suas funções por aqueles que os tiverem eleito na forma descrita abaixo.

Os membros do Comitê de Investimento serão eleitos de acordo com o seguinte procedimento: (i) até 1 (um) membro será eleito pelo Administrador; e (ii) até 4 (quatro) membros serão eleitos pelo Gestor.

O Comitê de Investimento terá como funções:

- (i) discutir metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo;
- (ii) deliberar acerca da antecipação do término do Período de Investimento e submeter à aprovação da Assembléia Geral proposta acerca da prorrogação do término do Período de Investimento;
- (iii) propor e deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do Fundo, inclusive sobre a realização de investimentos pelo Fundo após o término do Período de Investimento, nos termos do Regulamento;
- (iv) deliberar acerca das datas em que os subscritores de Quotas deverão aportar recursos no Fundo, mediante integralização das Quotas subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento;
- (v) deliberar sobre o esquema de remuneração, amortização e resgate das Quotas, observado o disposto no Regulamento;
- (vi) deliberar sobre o ressarcimento, pelo Fundo, de despesas incorridas pelo Gestor acima do limite estabelecido no Regulamento;
- (vii) acompanhar o desempenho das Companhias Investidas, do Administrador, Gestor e do Fundo, inclusive durante o Período de Desinvestimento;
- (viii) autorizar o registro das Quotas para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável;
- (ix) orientar e instruir o Gestor, quando do exercício dos direitos inerentes aos Valores Mobiliários e/ou aos Outros Ativos, nos termos do Regulamento; e
- (x) nomear o Agente de Avaliação nos termos do Regulamento.

Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por mês em data a ser estabelecida na primeira reunião do Comitê de Investimento e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo a convocação escrita, feita com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a pedido do Administrador e/ou do

Gestor e/ou de qualquer de seus membros, conforme o caso. A convocação escrita será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento.

As reuniões do Comitê de Investimento somente serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

O Comitê de Investimento poderá reunir-se através de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios. Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes.

As decisões do Comitê de Investimento serão tomadas por maioria de votos dos membros eleitos. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador terá direito de veto em relação às deliberações do Comitê de Investimento que sejam flagrantemente contrárias à legislação, regulamentação em vigor e ao Regulamento.

Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração do Fundo pelo exercício de suas funções.

Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador e ao Gestor qualquer situação que os coloque em situação de Conflito de Interesses, ficando tais membros impedidos de votar nas matérias relacionadas ao objeto do conflito, enquanto permanecer o conflito.

4.11.3. Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, escolhidos exclusivamente pelo Gestor dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, Partes Relacionadas do Administrador e/ou do Gestor.

Os membros do Conselho Consultivo exercerão seus mandatos pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ou ser substituídos pelo Gestor antes do término de tal prazo.

O Conselho Consultivo terá como funções:

- (i) auxiliar o Gestor nas atividades relacionadas à gestão da Carteira;
- (ii) aconselhar o Fundo com relação às Companhias Investidas; e
- (iii) quando solicitado pela Assembléia Geral, pelo Administrador ou pelo Gestor, analisar e opinar acerca de eventuais Conflitos de Interesses, envolvendo investimentos em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas.

O Gestor poderá consultar os membros do Conselho Consultivo para discutir sobre as estratégias de investimento e desinvestimento do Fundo, forma de participação do Fundo nas Companhias Investidas, resultados dos investimentos

realizados pelo Fundo nas Companhias Investidas e outros assuntos relacionados ao Fundo e/ou às Companhias Investidas.

Os membros do Conselho Consultivo reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez a cada trimestre em data a ser estabelecida na primeira reunião do Conselho Consultivo, e, extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo a convocação escrita feita com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência pelo Gestor e/ou por qualquer de seus membros, conforme o caso. A convocação escrita será dispensada, quando estiverem presentes à respectiva reunião todos os membros do Conselho Consultivo. O Gestor e o Administrador terão a faculdade de participar das reuniões do Conselho Consultivo, sem direito a voto.

As reuniões do Conselho Consultivo serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

O Conselho Consultivo poderá reunir-se através de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante, sendo válidas as opiniões do Conselho Consultivo manifestadas por tais meios. Das reuniões do Conselho Consultivo serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes, pelo Administrador e pelo Gestor.

As manifestações do Conselho Consultivo serão no sentido de auxiliar e orientar as decisões a serem tomadas pelo Gestor no exercício de suas funções para com o Fundo, mas não obrigarão o Gestor a tomar quaisquer medidas ou ações relacionadas à gestão da Carteira.

Em contraprestação ao exercício das atividades descritas no Regulamento, cada membro do Conselho Consultivo terá remuneração anual equivalente a, no máximo, R\$30.000,00 (trinta mil reais), valor este corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano. O Gestor será responsável por definir a remuneração individual de cada membro do Conselho Consultivo, considerando inclusive a participação dos membros nas reuniões do referido órgão.

O Fundo será responsável pelo pagamento da remuneração dos membros do Conselho Consultivo, sendo tal despesa considerada como encargo do Fundo.

Os membros do Conselho Consultivo deverão informar ao Administrador e ao Gestor qualquer situação que os coloque em situação de Conflito de Interesses, ficando tais membros impedidos de se manifestar nas matérias relacionadas ao objeto do conflito, enquanto permanecer o conflito.

Os membros do Conselho Consultivo não serão responsabilizados por qualquer ato de administração do Fundo e/ou gestão da Carteira, observado, ainda, que as decisões do Conselho Consultivo não eximirão o Administrador e o Gestor, conforme o caso, das suas responsabilidades perante a CVM, os Quotistas e terceiros, nos termos e de acordo com os limites previstos na legislação aplicável.

4.12. Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses

Salvo aprovação dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor, membros dos comitês ou conselhos criados pelo Fundo e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) com qualquer percentual do capital social da Companhia Alvo e/ou da Companhia Investida, quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, qualquer situação em que uma Parte Interessada e/ou uma Parte Relacionada possua interesse pessoal, efetivo ou em potencial, direto ou indireto, na resolução, pelo Fundo, de determinada questão ou negócio relacionado com o Fundo e/ou com Companhia Alvo e/ou Companhia Investida, efetivo ou potencial, será considerada uma hipótese de potencial Conflito de Interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral.

Serão consideradas Partes Relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o Regulamento e este Prospecto:

- (i) funcionário, diretor, sócio ou representante legal do Administrador;
- (ii) sociedade controladora, coligada, subsidiárias ou que exerça controle comum em relação ao Administrador; e
- (iii) fundos de investimento e/ou carteiras de títulos e valores mobiliários administrados pelo Administrador.

4.13. Remuneração do Administrador e do Gestor e Demais Despesas do Fundo

4.13.1. Taxa de Administração

Pela administração do Fundo e gestão da Carteira, será devida a Taxa de Administração, equivalente ao percentual de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, calculado da seguinte forma: (i) durante o Período de Investimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido corrigido pelo IPCA, todo último dia útil de cada ano; e (ii) durante o Período de Desinvestimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor

do Capital Comprometido efetivamente integralizado, corrigido pelo IPCA todo último dia útil de cada ano, sendo que a Taxa de Administração contemplará a Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor.

A Taxa de Administração será provisionada diariamente e será paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente aos serviços prestados. A Remuneração do Administrador e a Remuneração do Gestor serão calculadas de acordo com o Contrato de Gestão.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

4.13.2. Despesas do Fundo

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da remuneração do Conselho Consultivo, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira; e

- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, as quais (a) durante o Período de Investimento, serão limitadas a 0,6% (seis décimos por cento) do Capital Comprometido corrigido pela variação do IPCA; e (b) durante o Período de Desinvestimento, não terão limitação de valor.

As despesas incorridas pelo Gestor acima do limite estabelecido no inciso (xi) acima somente poderão ser cobradas do Fundo se aprovadas pelo Comitê de Investimento, nos termos do Regulamento.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.14. Política de Divulgação de Informações

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o item acima será feita no jornal "Diário do Comércio e Indústria - DCI", jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos Quotistas, mediante o envio de correspondência:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
 - a. valor do Patrimônio Líquido; e
 - b. número de Quotas emitidas;
- (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- a. a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
 - b. demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;
 - c. os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
 - d. o nome da instituição encarregada da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
- a. as demonstrações contábeis do Fundo do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - b. o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - c. os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM. O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

4.15. Regras de Tributação do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.15.1. Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF/Títulos

As operações com as Quotas estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração, a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Quando necessárias, as conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, decorrentes do investimento nas Quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, os Quotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil, por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689 estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota zero. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas tomará por base (i) a residência dos Quotistas: (a) no Brasil ou (b) no exterior; e (ii) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação, tais como, principalmente: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas, nas hipóteses permitidas pelo Regulamento; e (c) a amortização de Quotas.

I. Quotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados, em regra, pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade e localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Para certas operações, este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua Carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a. acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas residentes no Brasil.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o Governo Brasileiro decida restabelecer a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após a devida aprovação de legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

4.15.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

No entanto, desde 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O Governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o restabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Brasileiro. Caso a CPMF seja restabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 (noventa) dias contados da promulgação da nova legislação.

4.16. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.830, 7º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Eduardo Pavia

Tel.: (11) 3704-8600

Fax.: (11) 3704-8525

Correio Eletrônico: juridico@griiffo.com.br

Website: www.griffo.com.br

5. ANEXOS
